

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.992 - SE (2020/0045663-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**SUSCITANTE** : **JUIZO FEDERAL DA 9ª VARA DE PROPRIÁ - SJ/SE**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DE ILHA DAS FLORES - SE**  
**INTERES.** : **JOSE RONALDO GOMES CALIXTO**  
**INTERES.** : **MARIA ANGELICA CALIXTO CALUMBY**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência entre o **JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA DE PROPRIÁ – SJ/SE**, suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DE ILHA DAS FLORES/SE**, suscitado.

Extraí-se dos autos que o Juízo Federal da 9ª Vara Federal de Propriá -SJ/SE, após recebimento de denúncia, determinou a expedição de carta precatória ao Juízo estadual para citação dos acusados, ora interessados, tendo em vista que eles residem na cidade de Ilha das Flores/SE.

Ao receber os autos, o Juízo estadual deprecado recusou o cumprimento da carta precatória, ao argumento de que a cidade de Ilha das Flores integra a zona de jurisdição da 9ª Vara Federal e não há óbice para que a diligência seja cumprida por serventuário integrante dos quadros da justiça federal (juízo deprecante).

No retorno dos autos, o Juízo Federal suscitou o presente conflito negativo de competência.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo de Direito de Ilha das Flores - SE para o cumprimento da carta precatória expedida pelo juízo suscitante.

**É o relatório.**

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Sabe-se que as hipóteses de recusa de cumprimento de carta precatória constituem rol taxativo e tem previsão no art. 267 do Código de Processo Civil:

"Art. 267. O juiz recusará cumprimento a carta precatória ou arbitral, devolvendo-a com decisão motivada quando:

I - a carta não estiver revestida dos requisitos legais;

II - faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da hierarquia;

III - o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Parágrafo único. No caso de incompetência em razão da matéria ou da hierarquia, o juiz deprecado, conforme o ato a ser praticado, poderá remeter a carta ao juiz ou ao tribunal competente."

Com efeito, ao Juízo deprecado somente é permitido devolver carta precatória quando não estiver revestida dos requisitos legais, quando carecer de competência em razão da matéria ou da hierarquia ou, ainda, quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade, não estando, no caso em exame, a recusa do Juízo suscitado

respaldada por nenhuma das hipóteses legais.

Concernente à controvérsia em questão, esta Corte Superior possui entendimento firmado de que, independentemente de haver Juízo federal com jurisdição sobre a comarca, as cartas precatórias, citatórias, probatórias, executórias e cautelares, expedidas pela Justiça Federal, poderão ser cumpridas pela Justiça Estadual nas comarcas do interior que não sejam sede de Vara Federal.

A propósito, confirmam os precedentes da Terceira Seção:

"PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL. CUMPRIMENTO PELO JUÍZO DE DIREITO DEPRECADO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 237 DO CPC. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL, ORA SUSCITADO.

**1. Na hipótese de ausência de Vara da Justiça Federal no local de residência da denunciada, como neste caso, é possível deprecar-se ao Juízo estadual a realização da audiência para aceitação ou não da proposta ministerial de suspensão processual. Precedentes.**

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Santa Isabel - SP, o suscitado."

(CC 133.642/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 22/08/2016, grifou-se)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL. COMARCA QUE NÃO É SEDE DE VARA FEDERAL. ARTS. 209 E 1.213 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

**I - O entendimento da jurisprudência desta Corte é pacífico no sentido de que as cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal, nos termos do art. 1.213 do CPC, deverão ser cumpridas pela Justiça Estadual, sempre que a comarca não for sede de vara federal, somente admitindo-se a recusa por parte do Juízo deprecado, a fim de garantir celeridade processual e reduzir despesas e ônus às partes. Somente se admite a recusa por parte do Juízo deprecado quando evidenciada uma das hipóteses do art. 209 do CPC, o que não ocorre no caso.**

**II - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Conceição do Araguaia-PA, o suscitado."**

(CC 127.561/PA, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/03/2015, DJe 20/03/2015, grifou-se);

"PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO FEDERAL E JUÍZO DE DIREITO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA APÓS A LEI N. 13.043/2014. CARTA PRECATÓRIA. CITAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 3/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. JUÍZO DEPRECADO.

[...]

4. No caso, o ato processual deprecado referente à citação das partes no processo de execução de título extrajudicial deverá ser cumprido no Município de Ibirama - SC. Contudo, essa localidade não é sede de vara federal, devendo-se reconhecer a competência do Juízo de Direito para o cumprimento da carta precatória, consoante dispõe o art. 237, parágrafo único, do CPC.

5. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Ibirama - SC, o suscitado." (CC 154.894/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 13/03/2019);

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. JUSTIÇA ESTADUAL. CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL PELA JUSTIÇA ESTADUAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 1.213 DO CPC AO PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Nos termos do art. 1.213 do Código de Processo Civil e do art. 42 da Lei n. 5.010/1966, o cumprimento das cartas precatórias expedidas pela Justiça Federal pode ser feito, nas comarcas situadas no interior, pela Justiça estadual. A regra é aplicada por analogia, ao processo penal, nos termos do art. 3º do Código de Processo Penal.

2. No caso vertente, a carta precatória foi expedida à Justiça estadual para citação do acusado, em comarca do interior, que não era sede da Justiça Federal. Assim, forçoso reconhecer a competência da Justiça estadual.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Crime de Camamu/BA, ora suscitado."

(CC 131.298/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 17/12/2013, grifou-se).

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DE ILHA DAS FLORES/SE, o suscitado, para cumprimento da carta precatória expedida pelo juízo suscitante.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator